



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIV

Nº106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 106****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Ofícios.....	08
Requerimentos .....	08
Projetos de Resolução .....	13
Projetos de Lei .....	14
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	17
Dep. Neivo Beraldin .....	18
Dep. Elio Rusch .....	19
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	19
Dep. José Domingos Scarpellini ....	20
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Antonio Anibelli.....	20
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT:	
Dep. Neivo Beraldin.....	18
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri .....	24
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni .....	26
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni .....	28
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	29
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	29
3ª Discussão .....	30
2ª Discussão .....	31
Discussão Única (Indicações) ...	31
Requerimentos .....	31
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>33</b>

**100ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE OUTUBRO DE 2005**

*(segunda-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Elio Rusch.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielese, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Geraldo Cartário, Ademar Traiano, André Vargas, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins e Marcos Isfer (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Acho que a forma mais justa de homenagearmos um ex-Parlamentar, um ex-Presidente desta Casa, é realizando a Sessão.

A morte do companheiro Erondy Silvério ontem, deixou todos os Parlamentares abalados, porque ele teve uma vivência muito grande nesta Casa, não só com os Parlamentares mas com os funcionários também. Foi Deputado por diversos mandatos, Presidente da CCJ, Presidente da Executiva.

Então, nossa forma de homenageá-lo é realizando esta Sessão e dando oportunidade às Lideranças Partidárias que homenageiem o nosso ex-Presidente,

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Mensagens***

MENSAGEM Nº 048/2005

Curitiba, 27 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceito contido no artigo 64, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., para ser submetida à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, a presente proposta de Emenda Constitucional, objetivando alterar a redação do artigo 67, da mesma Carta Constitucional.

A Emenda Constitucional em referência visa possibilitar mais amplas oportunidades para o exercício da soberania do cidadão paranaense no procedimento da iniciativa popular no processo legislativo, já previsto na Magna Carta da República, aprimorando-o na esfera estadual.

O artigo 14 da Constituição Federal declara que a iniciativa popular, juntamente com o sufrágio eleitoral, o plebiscito e o referendo, representam manifestações da soberania popular, sobre a qual se assenta o regime democrático. Trata-se de mera aplicação do princípio de que o poder emana do povo, o qual pode exercê-lo diretamente, e não apenas por meio de representantes eleitos (artigo 1º, parágrafo único).

Ora, se assim é, não cabe aos representantes do povo, investidos do mal chamado poder constituinte derivado, criar obstáculos desarrazoados à manifestação da vontade popular, no exercício da soberania política.

Sucede que o artigo 67 da Constituição do Estado, tal como redigido, representa inequivocadamente um obstáculo insuperável ao exercício, pelo povo, de seu

poder de apresentar projetos de lei à Assembléia Legislativa. As exigências aí estabelecidas superam, de longe, a capacidade de mobilização popular não oficial, desacomodando todos esforços nesse sentido.

A presente proposta procura, pois, remover esse empecilho inaceitável ao funcionamento da democracia participativa, estabelecendo, no plano estadual, exigência semelhante à que a Constituição da República determinou para a iniciativa popular de projetos de lei federal, em seu artigo 61, parágrafo 2º.

A proposição ora formulada poderia, caso aprovada e promulgada por essa augusta Assembléia Legislativa, ser expressa com a seguinte redação:

“Art. 67. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa do projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinco municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores inscritos em cada um deles.”

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembléia Legislativa a ora formulada proposta de emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 49/2005

Curitiba, 29 de setembro de 2005.

Exmo. Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputados

Tenho a honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anteprojeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2006, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2006, e demais normas legais que regem a matéria.

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do Estado estão compatibilizadas com as orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2006 e no Plano Plurianual de 2004-2007.

As propostas orçamentárias para o exercício de 2006 foram elaboradas de acordo com as prioridades da Administração Pública Estadual e estão em consonância com as linhas de ação a seguir discriminadas, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006:

1. Educação, Inovação, Cultura e Turismo;
2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente;
3. Expansão Produtiva;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade;
5. Gestão do Estado.

O presente anteprojeto de lei compõe-se dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista Independentes.

Os anexos que fazem parte deste anteprojeto de lei contêm detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como, informações da situação financeira do Estado, através da Exposição Justificativa e apresentam as estimativas das Receitas e a fixação das Despesas referentes aos Poderes Estaduais, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, das Vinculações Legais e Constitucionais, tendo sido incluído ainda um Anexo referente às obras de que trata a autorização solicitada no artigo 25 e seus parágrafos deste anteprojeto.

As estimativas de receita e despesa para o exercício 2006 foram elaboradas a preços de junho de 2005, sendo que na previsão da receita foram excluídos os valores decorrentes de diferimento ou de benefícios fiscais concedidos a contribuintes de impostos estaduais, conforme determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o artigo 38 da Lei nº 14.783, de 14 de julho de 2005, que estabeleceu às Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006.

Acompanhará este anteprojeto de lei, o relatório das aplicações dos recursos nos Municípios Paranaenses com menos Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de acordo com o disposto no artigo 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2006.

O Poder Executivo ficará à disposição, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

### Seção I

#### Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2006, compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

### Seção II

#### Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 18.510.469.810,00 (dezoito bilhões, quinhentos e dez milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dez reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$ 1.297.301.570,00 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 17.213.168.240,00 (dezessete milhões, duzentos e treze milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 38 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Recitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$	15.598.168.060
1.1. Receitas Correntes	R\$	14.180.420.690
1.2. Receitas de Capital	R\$	1.417.747.370
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$	14.300.866.490
2.1. Receita Correntes - Bruta	R\$	14.180.420.690
2.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$	1.297.301.570
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da Despesa	R\$	12.883.119.120
2.4. Receitas de Capital	R\$	1.417.747.370
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$	1.826.180.100
3.1. Receitas Correntes	R\$	1.692.607.130
3.2. Receitas de Capital	R\$	133.572.980
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$	1.086.121.640
4.1. Receitas Correntes	R\$	807.609.640
4.2. Receitas de Capital	R\$	278.512.000
5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$	17.213.168.240
5.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$	16.680.637.460
5.2. Deduções para o Fundef (-)	R\$	1.297.301.570
5.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$	15.383.335.890
5.4. Receitas de Capital	R\$	1.829.832.350

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, objeto da Lei Complementar nº 115/2002.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### Seção III Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 16.127.046.600,00 (dezesseis bilhões, cento e vinte e sete milhões, quarenta e seis mil e seiscentos reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.188.500.440,00 (um bilhão, cento e oitenta e oito milhões, quinhentos mil, quatrocentos e qua-

renta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam no Anexo II, integrante deste lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - encargos gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 6.800.200,00 (seis milhões, oitocentos mil e duzentos reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculação de que trata o artigo 57, da Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de

2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2005, está apresentado no Anexo VI desta lei.

#### **Seção IV**

##### **Das Correções dos Orçamentos**

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de julho de 2005, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 20 dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimentos da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projeto/Atividades/Operações Especiais.

#### **Seção V**

##### **Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras**

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no Parágrafo Primeiro do

artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

III - Abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos, I, II, III e IV do Parágrafo Primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, de acordo com o disposto no artigo 36 da Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005, que aprovou as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006.

IV - Abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), das dotações definidas neste orçamento, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, de acordo com o disposto no artigo 36, da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006;

V - Proceder até o limite de 40% (quarenta por cento) das dotações, definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 40% (quarenta por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VII - Abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas, até o encerramento do 1º trimestre de 2006.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações procedidas com base nas autorizações contidas no artigo 13 desta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

## **Seção VI**

### **Das Centralizações de Recursos**

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1.987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

## **Seção VII**

### **Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário**

Art. 19. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## **Seção VIII**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 20. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denomi-

nações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários a proceder a transferência para o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, apurado no Balanço Patrimonial de 2005, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005.

Art. 24. O saldo financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006, conforme disposto no artigo 33 da Lei nº 14.783 de 14 de julho de 2005.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas Estaduais ou estradas Federais concessionadas, conforme descrição constante no Anexo VII, desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais e conseqüentemente a alterar o Anexo de Obras, necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2005, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005, ou de arrecadação do Detran, efetivada durante o exercício de 2006.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários a proceder a transferência para o Instituto de Ação Social - IASP, dos recursos provenientes do Superávit Financeiro da Junta Comercial do Paraná - Jucepar, apurado no Balanço

Patrimonial de 2.005, destinados à manutenção e ao equipamento das Unidades Sociais Oficiais, de acordo com o contido no artigo 34 da Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 03 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a partir da presente data farei parte da Bancada do PMDB, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) MAURO MORAES

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 03 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que assinei minha ficha de filiação ao Partido Municipalista Renovador - PMR e a partir da presente data não faço parte da Bancada do Partido Liberal - PL, nesta augusta Casa de Leis.

Sem mais para o momento agradeço sua atenção, renovando meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 03 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a partir da presente data farei parte da Bancada do PMDB, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) CESAR SELEME

## Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2994

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que seja retirada por 10 (dez) Sessões a votação do Projeto de Lei nº 233/2005.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 2995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do

Projeto de Lei nº 233/2005, Mensagem nº 016/2005, item 07 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 2968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 281/2005 de minha autoria, que dispõe sobre o atendimento às mulheres acometidas de tensão pré-menstrual nos estabelecimentos públicos de saúde no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2997

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o arquivamento dos seguintes Projetos de Lei nºs: 277 e 636/2003; 033, 258 e 285/2004, que encontram-se na CCJ - Comissão de Constituição e Justiça.

Tais projetos de lei receberam pareceres desfavoráveis e estão retidos na CCJ.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à CCJ, para a execução das devidas providências.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2987

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede licença à egrégia Assembléia para representar este Poder Legislativo, em colóquio científico na cidade do Rio de Janeiro, dias 06 e 07 de outubro, para exame de nova tecnologia de fabricação de biodiesel a partir do aproveitamento de residuais de óleo e gordura de cozinhas - sejam industriais, sejam domésticas, hoje, normalmente lançados nos sistemas de água e esgoto das nossas cidades, (no interesse da Lei do Biodiesel que está propondo - objeto de recurso à Comissão de Constituição e Justiça).

O colóquio científico e de engenharia de futuro, dar-se-á nas dependências da NSG Consultoria Ltda, conforme especificações em anexo.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A pesquisa de novas alternativas de geração de engenharia, e de novos combustíveis, diante do iminente colapso das reservas de petróleo do mundo - que se acabam antes do ano 2030 -, obriga os brasileiros conscientes a investirem em biodiesel. A alternativa em exame -



combustível feito por reciclagem de gordura velha de cozinhas - permitirá a purificação dos esgotos e dos rios. Com R\$ 5 milhões de investimento poder-se-á instalar em escala industrial, para consumo de combustível do transporte coletivo da Grande Curitiba, uma usina imediatamente.

#### REQUERIMENTO Nº 2974

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Oscar Zanzin, ocorrido em 20 de setembro do corrente, em Japurá-PR.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 2978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Andreolo.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Bender.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Diniz Cintra.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Helena Garutti Ballarotti.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do Sr. Levir Weissheimer, pelo seu falecimento ocorrido na data de 26 de setembro próximo passado, no Município de Verê-PR.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada, externando nossas sinceras condolências no endereço: Comunidade Barra do Santana - CEP: 85.585-000 - Verê-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 2993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do Sr. Amilcar Cantu, pelo seu falecimento ocorrido na data de ontem 02 de outubro, no Município de Pato Branco.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada, externando nossas sinceras condolências no endereço: Rua Tapajós, 319 - Centro - CEP: 85.501-030 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do Sr. Amilcar Cantu, carinhosamente conhecido por Polaco Cantu, ocorrido na data de ontem dia 02 de outubro, no Município de Pato Branco, vítima de infarte.

O Sr. Amilcar era desquitado. Foi casado com a Sra. Elida de Sá e dessa união teve duas filhas Priscila e Inaira.

Amilcar ou Polaco Cantu como era conhecido, trabalhou como comerciante no ramo de construção civil e atualmente como vendedor de veículos. Pessoa de grande carisma, trabalhador, era grande incentivador do esporte, e sensível às causas sociais. Durante toda sua caminhada foi um homem simples, um grande colaborador, homem de luta e de muitas conquistas e também o amigo de todas as horas. Pessoa muito querida e de grande entrosamento com a comunidade, deixa o exemplo de humildade, traba-

lho e amor à família, e nesta hora deixa aos familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparáveis.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a lembrança de homem honesto, pai exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

#### REQUERIMENTO Nº 2964

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de votos de regozijo à Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região - ADETEC pelo seu 12º aniversário.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao seu Presidente, Florindo Dalberto, pelo endereço Av. Santos Dumont, 505, sala 204; CEP: 86.039-090 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região, fundada em 04 de outubro de 1993 com o objetivo de integrar lideranças do setor público, setor privado e academia em ações estratégicas visando o desenvolvimento econômico e social da cidade e região a partir da geração de novos conhecimentos e tecnologia e sua transformação em produtos e empresas, comemora seu 12º aniversário.

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta Deputada, cumpre o dever de homenagear a ADETEC - Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região pela sua história e tradição.

#### REQUERIMENTO Nº 2973

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo, pelo 75º aniversário de Emancipação Política do Município de Rebouças, realizado no dia 21 de setembro próximo passado.

Requer ainda, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Amilton Massoquetto, Prefeito Municipal, enviando correspondência à Rua José Afonso Vieira Lopes, 96, CEP: 84.550-000 - Rebouças-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias de hoje, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um município pujante que engrandece e orgulha a todos os

paranaenses. Rebouças acaba de completar 75 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta cidade.

Em 75 anos de emancipação política foram edificados alicerces fortes e seguros para que Rebouças continue trilhando os caminhos do crescimento e a melhoria da qualidade de vida do seu povo. O ontem e o hoje se juntam para garantir um futuro próspero aos habitantes desta cidade tão hospitaleira.

Rebouças tem passado, tem tradição e, o mais importante, tem a perspectiva de continuar escrevendo uma história na qual, em todos os dias, a justiça social se faça presente e, mais ainda, que a população continue, através do sorriso estampado na face, demonstrando claramente o orgulho que cada um tem de ser cidadão reboucense.

Orgulho também é a palavra que retrata o quanto me é significativo representar esse município aqui na Assembléia Legislativa e junto ao Governo do Paraná.

A emancipação política ocorreu há 75 anos. Porém, a cada dia, Rebouças continua a jornada que o está tornando uma referência de progresso e qualidade de vida em todo o Estado.

Parabéns pelos 75 anos de emancipação política e, mais ainda, parabéns a cada cidadão reboucense que, de maneira digna, no dia-a-dia, com o suor da labuta e com muito empenho vem escrevendo de forma nobre uma história que foi e que sempre será de pleno sucesso.

#### REQUERIMENTO Nº 2990

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo, pelo 75º aniversário de Emancipação Política do Município de Rebouças, realizado no dia 21 de setembro próximo passado.

Requer ainda, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Amilton Massoquetto, Prefeito Municipal, enviando correspondência à Rua José Afonso Vieira Lopes, 96, CEP: 84.550-000 - Rebouças-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias de hoje, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses. Rebouças acaba de completar 75 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta cidade.

Em 75 anos de emancipação política foram edificados alicerces fortes e seguros para que Rebouças continue trilhando os caminhos do crescimento e a melhoria

da qualidade de vida do seu povo. O ontem e o hoje se juntam para garantir um futuro próspero aos habitantes desta cidade tão hospitaleira.

Rebouças tem passado, tem tradição e, o mais importante, tem a perspectiva de continuar escrevendo uma história na qual, em todos os dias, a justiça social se faça presente e, mais ainda, que a população continue, através do sorriso estampado na face, demonstrando claramente o orgulho que cada um tem de ser cidadão reboucense.

Orgulho também é a palavra que retrata o quanto me é significativo representar esse município aqui na Assembléia Legislativa e junto ao Governo do Paraná.

A emancipação política ocorreu há 75 anos. Porém, a cada dia, Rebouças continua a jornada que o está tornando uma referência de progresso e qualidade de vida em todo o Estado.

Parabéns pelos 75 anos de emancipação política e, mais ainda, parabéns a cada cidadão reboucense que, de maneira digna, no dia-a-dia, com o suor da labuta e com muito empenho vem escrevendo de forma nobre uma história que foi e que sempre será de pleno sucesso.

#### REQUERIMENTO Nº 2970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao radialista Valmir Gomes, da Rádio Clube Paranaense B2, pelo relevante serviço prestado à comunicação paranaense ao longo de sua brilhante carreira jornalística. Valmir Gomes, pela sua postura e vasto conhecimento é por demais respeitado pelos profissionais da área no território brasileiro.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Valmir Gomes.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 2979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao fotógrafo da Folha de Londrina, Sr. Dorico Alves da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Celso Inocente.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Pedro Alves Bandeira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Elvis Douglas Brantegani. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Alberto Francovig Filho. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2988

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta

Casa Legislativa que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de efusivas congratulações ao Sr. Guido Besolin Júnior, Digno Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, e à Sra. Rosemari Petzold, Digna Presidente do Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIC, pela exemplar organização e condução do 14º Salão de Negócios “O Salão da Mulher...”, que aconteceu de 28 de setembro a 02 de outubro do andante ano, na cidade de Cascavel.

Nobres Pares, a presente manifestação reúne e expressa o sentimento de admiração de todos aqueles que, como este Parlamentar, estiveram presentes e tiveram a satisfação de registrar a pujança do evento.

A importância e a validade desse salão de negócios vêm refletindo, ao passar do tempo, o seu preponderante propósito - uma realidade que a cada novo evento assombra pela grandeza e relevância que vem ganhando. O crescimento e os resultados alcançados na sucessão que o espaço acontece, provam de como o evento cresce em expressão e em importância na dinâmica de negócios a que se destina.

Notadamente, também é um espaço de amplas possibilidades, como se tem visto, para o exercício salutar de troca de idéias e de convergência de intenções para desenvolver uma atividade de comércio mais proeficiente e de resultados, onde se transfigura a premissa “se o melhor é possível, o bom não é suficiente”.

Se um acontecimento se consolida e se engrandece, isso não vem do acaso. Mas sim, é fruto da somatória das vontades e das forças realizadoras daqueles com visão de futuro que, ao conjugarem num só espectro essa fé, colhem e propiciam resultados que superam qualquer expectativa. É isto que faz a diferença entre os que fazem bem feito e aqueles que apenas fazem por fazer. O fazer bem feito é um imperativo de valor para quem não se resigna ao arbítrio do comodismo, mas se impõe para transformar adversidades em oportunidades de construção de tempos melhores.

E, por achar, que os feitos bem realizados devem ser reconhecidos e aplaudidos àqueles que os protagonizam, é que se requer o presente registro; e, caso ele seja aprovado, solicita-se seja dado ciência do mesmo ao Sr. Guido Bresolin Júnior, Digno Presidente da ACIC, e à Sra. Rosemeri Petzold, Digna Presidente do Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIC, com as efusivas congratulações desta Casa, cujos cumprimentos são extensivos aos demais dirigentes e funcionários das duas Entidades Promotoras, via correspondências a serem encaminhadas à Avenida Toledo 247 - 85810-230 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, encaminhando solicitação de restauração da rodovia entre Jandaia do Sul e a Ponte do Rio Ivaí. A rodovia encontra-se em péssimo estado, necessitando de uma urgente conservação, para não continuar causando sérios transtornos aos usuários e prejudicando, substancialmente, o trânsito daquela progressista região paranaense.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2986

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve sugere ao Sr. Governador do Estado, que determine ao DER, a pavimentação definitiva do pequeno trecho - aproximadamente de 2 quilômetros entre a Colônia Antônio Rebouças, em Campo Largo e ao estrada principal, já asfaltada da Ferrari/Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Colônia Antônio Rebouças, memória do grande engenheiro da Estrada de Ferro Curitiba - Paranaguá, criada pelo Governo Provincial do Paraná em 1878, com italianos e poloneses, é centro religioso, cultural e esportivo.

Sua bela igreja remonta ao século XIX, e é importante atração turística da Região Metropolitana de Curitiba, com imagens doadas pela Família Imperial do Brasil, de Nossa Senhora do Carmo e Santo Antônio de Pádua.

Na referida Colônia residem, em sua casa ancestral, o arcebispo emérito de Curitiba, cidadão benemérito do Paraná, Dom Pedro Marchetti Fedalto e distinguida família.

Na mesma Colônia encontra-se prestigiada Escola, com centenas de alunos e dezenas de professores.

O acesso, em declive, pela estrada, lamacenta em dias de chuva, poeirenta nos dias secos, não condiz com a qualidade de vida paradisíaca do local, de pequenas propriedades plenas de pomares, parreirais e hortas orgânicas.

A pavimentação definitiva, em paralelepípedos, pedras irregulares, ou anti-pó/asfalto, criaria um acessível ponto turístico, gerador de empregos e renda na vizinha cidade de Campo Largo, e na nossa região metropolitana.

Importante lembrar também a valorização do patrimônio histórico e cultural.

#### REQUERIMENTO Nº 2999

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Copel, informar a este Poder Legislativo quais as obras licitadas pela

Copel e por suas subsidiárias, a partir de 2003 e qual a razão social das companhias de seguro contratadas para garantir a execução de tais obras.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3002

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Sanepar, informar a este Poder Legislativo quais as obras licitadas pela Sanepar, a partir de 2003 e qual a razão social das companhias de seguro contratadas para garantir a execução de tais obras.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3001

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi e ao Diretor Geral do DER, Sr. Rogério Tizzot, informar a este Poder Legislativo quais as obras licitadas pelo Departamento de estradas de Rodagem, a partir de 2003 e qual a razão social das companhias de seguro contratadas para garantir a execução de tais obras.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3000

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana, informar a este Poder Legislativo quais as obras licitadas pela Administração Direta e também por todos os entes da Administração Indireta, a partir de 2003 e qual a razão social das companhias de seguro contratadas para garantir a execução de tais obras.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2976

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Com-

panhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Irene Jurczynszyn, residente à Rua Lamenha Lins nº 2.103 - Bairro Rebouças, que pede, em regime de urgência, uma solução para o problema de cano danificado por um caminhão, no dia 20 de setembro, em frente à sua residência.

A Sanepar esteve no local, porém não resolveu o problema totalmente. Ainda há água escorrendo na rua e os moradores ficam sem o fornecimento de água, o que vem causando uma série de transtornos para todos. Várias ligações pedindo providências já foram feitas à Sanepar, porém sem atendimento.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3024-7878.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### *Projeto de Resolução*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 51 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51...

§ 8º Ao projeto de lei em regime de urgência será concedido vista pelo prazo improrrogável de um dia, salvo se houver requerimento solicitando a transformação do Plenário em Comissão Geral, oportunidade em que a vista não será concedida.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

Após alguns meses de entrada em vigor do novo Regimento Interno da Assembléia, a prática diária dos trabalhos das Comissões Permanentes reflete a necessidade de uma alteração que vise aprimorá-los.

Assim, este Parlamentar, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, traz à baila o projeto de resolução supra.

O presente projeto altera especificamente o parágrafo oitavo do artigo 51 do Regimento Interno.

Desta forma, com a nova redação dada ao parágrafo oitavo, se houver solicitação de transformação do Plenário em Comissão Geral, ficará proibido a concessão de vistas a projeto de lei em regime de urgência. Com isso, visa-se, precipuamente, dar maior celeridade aos trabalhos desta Casa, sem, contudo, suprimir-se o relevante e necessário trabalho prestado em cada uma das Comissões.

Estas são as relevantes razões que nos levaram a apresentar o aludido projeto de resolução, motivo pela qual aguardamos o apoio necessário para aprová-lo.

## ***Projetos de lei***

PROJETO DE LEI Nº 606/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Nove Bairros, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) ELZA CORREIA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Nove Bairros, com sede e foro no Município de Londrina, tem como finalidade a coordenação, proteção, representação legal e orientação geral dos moradores dos bairros: Jardim Hedy, Jardim Coroados, Jardim Vera Lis, Parque Residencial Alvorada, Jardim Campo Belo, Jardim Sumaré, Jardim Champagnat, Jardim São Remo. Mantém trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

PROJETO DE LEI Nº 607/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizada de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Cristo Rei - ABEC, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Beneficente Cristo Rei - ABEC, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, foi fundada em 13 de setembro de 2003. É uma entidade civil, de direito privado, sem fins econômicos, de caráter assistencial, educativo e cultural, composta por pessoas ligadas à Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IELB.

PROJETO DE LEI Nº 608/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam restabelecidos, nas condições fixadas nesta lei, os benefícios concedidos às empresas industri-

ais, no âmbito do ICMS, que tenham sido cancelados, ou descumpridos antes do seu termo final de fruição e até 30 de setembro de 2005, relativo ao Programa Bom Emprego, ao Programa Paraná Mais Emprego e ao Programa de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar.

Parágrafo Único. O restabelecimento previsto no *caput* não se aplica às empresas industriais em que o cancelamento do programa tenha ocorrido por descumprimento das metas fixadas de emprego e investimento.

Art. 2º O contido no artigo anterior implica em:

I - concessão de novo período de fruição, equivalente à quantidade de meses faltantes para completar o prazo da concessão original, incluído neste o fixado em Protocolos ou Acordos de Intenções. Termos de Acordos de Regime Especial, Termos de Acordo de Parcelamentos e seus aditivos;

II - restabelecimento do saldo não aproveitado do valor do investimento realizado, devidamente corrigido pelo FCA, para ser utilizado no novo período de fruição dos benefícios na forma do inciso anterior;

III - restabelecimento, no mesmo número de meses da concessão original, dos prazos concedidos para pagamento das parcelas enquadradas nos Programas referidos no artigo 1º, nele incluídos o número de meses em que o benefício foi utilizado antes do seu cancelamento ou do seu descumprimento;

IV - concessão de parcelamento, com dispensa da multa e dos juros vencidos, quando houver crédito tributário pendente de pagamento, que seja decorrente do inadimplemento de quaisquer das obrigações dos programas cancelados, referidos no artigo anterior;

V - concessão de parcelamento do valor do imposto, atualizado monetariamente, apurado nos critérios do programa, devido no período entre o cancelamento do programa até o mês do pedido de restabelecimento na forma desta lei, com dispensa da multa e dos juros vencidos.

Parágrafo Único. Tratando-se de expansão de estabelecimento a média do ICMS histórico verificada quando da concessão do benefício será monetariamente corrigida pelo Fator de Correção e Atualização (FCA) dos tributos estaduais.

Art. 3º Os créditos tributários que se referem os incisos IV e V do artigo anterior, em qualquer fase processual que se encontrem, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, poderá ser parcelado em até 120 meses, dispensada a exigência da multa e dos juros vencidos até a data do deferimento do parcelamento.

§ 1º O pedido de parcelamento, referido no *caput* do valor total devido decorrente de qualquer dos Programas referidos no artigo 1º é condição para a fruição dos benefícios previstos nesta lei.

§ 2º O não pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis parcelas alternadas, implica a perda do par-

celamento e o conseqüente restabelecimento das parcelas de multas e juros dispensados.

Art. 4º Na hipótese de Dívida Ativa ajuizada, os honorários dos Procuradores do Estado em função do pagamento ou do parcelamento dos créditos tributários em razão desta lei, não poderá ser superior a 4% (quatro por cento) do valor pago ou parcelado, e serão pagos proporcionalmente ao número de parcelas concedidas ao pagamento do crédito tributário.

Art. 5º Os créditos tributários referidos nos incisos IV e V do artigo 2º, com o valor fixado nos termos do artigo 3º, poderá ser compensado com precatórios vencidos no Estado do Paraná.

Art. 6º Ao estabelecimento que se encontre nas condições estabelecidas no artigo 1º, que não deseje participar do restabelecimento dos Programas ali indicados, e que possua débitos deles decorrentes, poderá optar por parcelar esses valores no prazo de 180 meses, com as demais condições previstas no artigo 3º, bem como compensá-los com precatórios vencidos do Estado do Paraná.

Art. 7º Ficam convalidados os compromissos firmados pelo Estado do Paraná, com as empresas que tenham efetivamente cumprido a sua parte, nos Protocolos ou Acordos de Intenções para implantação, reativação ou ampliação de empresas industriais no território paranaense, garantindo-se a estas a fruição de todos os benefícios e prazos neles contratados.

Parágrafo Único. No que se refere a eventuais financiamentos através do FDE que tenham sido contratados e não tenham sido objeto de renegociação em Termo ou Protocolo Aditivo, serão estes substituídos, em igual período de fruição, por dilação de prazo de 48 meses nas mesmas condições do Programa Bom Emprego vigente.

Art. 8º Nos casos de descumprimento, por parte do Poder Público, das condições concedidas ao sujeito passivo nos Programas citados no artigo 1º em que já tenha ocorrido renegociação das condições, será procedida a reconstituição da conta gráfica do ICMS do estabelecimento enquadrado no Programa, no sentido de restabelecer as condições originais concedidas.

Parágrafo Único. Se da reconstituição resultem valores pagos a maior, serão estes aproveitados para a quitação de parcelas vincendas do Programa; resultando insuficiência de pagamento, esta poderá ser parcelada pelo critério aplicável à hipótese prevista no inciso IV, do artigo 2º.

Art. 9º Os benefícios previstos nesta lei estão condicionados à manifestação de vontade do interessado, em prazo de até 90 (noventa dias) da sua publicação, medi-

ante requerimento dirigido à Coordenação da Receita do Estado.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva dar solução a questões surgidas em decorrência do cancelamento de benefícios fiscais, por variadas razões, de empresas industriais que realizaram investimentos no Estado.

A grande questão colocada do ponto de vista da economia local é a de que muito esforço fez o Governo para atrair investimentos industriais para o Estado do Paraná; fábricas foram construídas, ampliadas e reativadas, empregos foram criados, e um simples erro de cálculo ou atraso de poucos dias no pagamento do imposto devido, resultavam no cancelamento dos benefícios, com vencimento antecipado de todas as parcelas, com multas, juros e correção monetária retroativos, tornando a dívida impagável, transformando os programas de incentivo ao crescimento paranaense em verdadeiro pesadelo para as empresas que aqui fizeram seus investimentos.

Não há razão para que o investimento em uma fábrica, que tem mercado e condições de progredir, seja inviabilizado pelo vencimento de uma só vez de todas as parcelas do programa que deveriam, no geral, ser amortizadas em, no mínimo, quatro anos. De outro lado, ninguém investe em uma fábrica para cometer fraudes contra o erário; não é disso que trata o presente projeto. Trata-se de restabelecer os programas e abrir possibilidade jurídica para que essas empresas possam regularizar seus débitos junto ao Estado e fruir dos benefícios contratados com o Estado do Paraná, tendo em vista que se tratavam de benefícios concedidos sob condição onerosa.

Para se ter uma clara idéia dos critérios de cancelamento dos programas de incentivo, transcrevemos a seguir o texto original constante do Decreto nº 1465/2003 que implantou o Programa Bom Emprego, com especial enfoque para o que consta dos parágrafos do artigo 8º, como segue:

#### “Capítulo V

##### Do Cancelamento da Autorização no Programa

Art. 8º Implicará cancelamento do Programa autorizado, a ocorrência de uma das seguintes situações:

I - prestação de informações incorretas, utilização de documentos inidôneos ou ações que caracterizem fraude ou simulação, que tenham fundamentado o deferimento da autorização ao Programa;

II - inadimplência em relação ao ICMS devido pelo estabelecimento autorizado, objeto ou não do Programa, ou por outro estabelecimento da empresa;

III - não extinção integral dos créditos tributários de que tratam os incisos I e II do artigo 7º, nos prazos lá indicados, no montante equivalente a duas parcelas mensais. Nova redação dada ao inciso III pelo artigo 1º, do Decreto nº 2914, de 04.05.2004. Redação original, em vigor no período de 18.06.2003 a 03.05.2004;

“III - não extinção integral dos créditos tributários de que tratam os incisos I e II do artigo 7º, nos prazos lá indicados;”

IV - omissão na entrega de GIA/ICMS das inscrições principal ou auxiliar do estabelecimento autorizado;

V - inobservância a qualquer das exigências para a habilitação do estabelecimento ao Programa, durante o período de sua fruição até o pagamento da última parcela do imposto;

VI - desativação do estabelecimento autorizado.

§ 1º A inadimplência total ou parcial da primeira parcela enquadrada no Programa importará na perda automática e parcial da validade do ato autorizativo, ocasionando a perda do benefício em relação ao mês em que ocorrer o fato, devendo ser recolhido o imposto com os acréscimos legais previstos na legislação.

§ 2º O não recolhimento integral do valor e devidos acréscimos legais, de que trata o parágrafo anterior, resultará na inscrição do débito em dívida ativa, acarretando o cancelamento do Programa autorizado em virtude da hipótese prevista no inciso II deste artigo.

§ 3º O cancelamento da autorização, nos termos deste artigo, devidamente notificado o contribuinte, implicará vencimento integral de todas as parcelas vencidas do imposto objeto do Programa, declaradas ou não, e o termo inicial para o cálculo dos valores devidos, inclusive de seus acréscimos decorrentes de atualização monetária, juros e multa, retroagirá às respectivas datas correspondentes aos vencimentos das primeiras parcelas do ICMS incremental declarado na inscrição auxiliar.

§ 4º Aplica-se aos débitos vencidos nos termos deste artigo, relativamente à parcela não extinta, o rito especial de que trata o artigo 57 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.”

Como se vê do texto acima, a inadimplência parcial, que poderia ser decorrente de erro do preenchimento da guia, quase sempre de valor irrisório, se não fosse percebida dentro do próprio mês resultaria em cancelamento automático do programa. Dificilmente esse tipo de erro é percebido no próprio mês, pois a empresa ao pagar o imposto imagina-o correto. Assim, normalmente só dele toma conhecimento quando da cientificação da inscrição em dívida ativa da diferença, ocasião em que os benefícios já estão cancelados.

Não havia razão lógica a justificar tal procedimento, depois de um longo trabalho realizado no sentido de atrair empresas para o Estado, após a concretização dos investimentos e a contratação de funcionários, sem

qualquer aviso, por questões menores, o programa era cancelado e a empresa de uma hora para outra torna-se devedora de vultuosas importâncias a título de imposto, multas e acréscimos legais.

Hoje a legislação não mais prevê o cancelamento automático dos programas, no entanto, as empresas que tiveram cancelados seus benefícios em razão das regras anteriormente vigentes não tiveram os seus programas restabelecidos, e continuam sem uma efetiva solução para os valores inscritos em dívida ativa resultantes do arbitrário procedimento fiscal.

Tendo em vista que essa situação alcança várias empresas industriais cujos empreendimentos, tendo em vista a sua localização geográfica e tipo de produto fabricado, são considerados de relevante interesse para a economia do Estado é que este projeto busca recompor os benefícios cancelados e viabilizar a solução de eventuais passivos tributários, permitindo, desta forma, a continuidade de suas operações, a manutenção dos empregos e a geração de tributos, considerando que, se permanecer como está torna-se impossível a manutenção do funcionamento de tais empresas, resultando em grandes perdas econômicas e sociais ao Estado do Paraná.

De outro lado busca o presente projeto de lei a convalidação dos Acordos e Protocolos de Intenções firmados pelo Estado do Paraná com as empresas que realizaram investimentos no território paranaense como condição à obtenção de incentivos fiscais no âmbito do ICMS.

Como se sabe, algumas empresas tiveram e têm respeitado na íntegra os seus Acordos e protocolos de Intenções firmados com o Estado do Paraná e deles vêm usufruindo sem sofrer nenhuma restrição aos benefícios contratados. Outras, no entanto, que tiveram necessidade de depender da administração para ver solucionadas meras questões formais relativas ao cumprimento dos acordos, não vêm conseguindo obter a fruição dos benefícios que lhe haviam sido formalmente concedidos. Para uns o Governo cumpre o contratado, para outros descumpe e os obriga a recontratar o prometido sob pena de perda total das condições acordadas.

Pretende-se, neste caso, dar tratamento isonômico para todos os que cumpriram a sua parte dos compromissos firmados com o Estado do Paraná, garantindo-lhes a plena fruição das condições acordadas.

PROJETO DE LEI Nº 609/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Amomd - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras, Estado do Paraná.



Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, educacional, beneficente e assistencial, que desde sua fundação tem por fim a promoção, organização, manutenção e desenvolvimento do bem-estar social de seus associados e demais moradores do bairro.

Assim, pela importância do trabalho que realiza, apresenta-se o presente projeto de lei a fim de declarar de Utilidade Pública a entidade supra mencionada.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nestes tempos de crise política, de estagnação de novos projetos, não podemos crer que tudo está perdido. Temos que acreditar que só há motivos para reclamar ou para chorar o leite derramado. A nossa obrigação como agentes públicos, também é procurar alternativas em incentivar novos projetos, sobretudo projetos com soluções inteligentes, para uma alternativa em relação a tudo isso de ruim que hoje paira sobre o nosso país.

Na última sexta-feira, na Universidade Estadual de Londrina, no anfiteatro lotado, no Centro de Ciências Biológicas, recebemos, mais uma vez, o professor Batista Vidal, físico nuclear, um dos autores do Pró-Álcool, nos anos 70, que do ato dos seus 75 anos, demonstra um entusiasmo juvenil com esse projeto alternativo que vem divulgando a todo o Brasil, sobre a vantagem do biodiesel, Sr. Presidente, que pode ser a alavanca para a salvação nacional. Eu também me entusiasmo com esse projeto; precisa ter olhos mais positivos para que o Governo Federal adote como uma alternativa para essa dominação que sofremos, principalmente sobre o jugo do petróleo ou dos países produtores de petróleo. O professor Batista Vidal, inclusive, está prevendo o colapso dos combustíveis fósseis que, além de aumentar o efeito estufa, também, estão aí com os seus dias contados.

Também estamos adotando essa alternativa de matriz energética para o nosso país, com o fim dos combustíveis fósseis derivados do petróleo, que pode ter aí uma sobrevida de vinte anos, no máximo trinta anos. O conflito, principalmente entre os grandes países do mundo, será inevitável.

Aliás, o próprio professor Batista Vidal diz que todos esses últimos conflitos, desde o atentado às torres gêmeas, o golpe de Estado na Venezuela, a guerra do Afeganistão, a guerra do Golpe Pérsico, todos esses conflitos escondem a luta pelo petróleo como matriz energética.

O Brasil está numa situação privilegiada, se conseguirmos adotar o modelo do biodiesel, para gerarmos a energia necessária e declararmos definitivamente a nossa independência e a colocação do Brasil como uma super potência, efetivamente.

O Brasil possui aquilo que os outros países não têm. Temos o sol durante todo ano, incidindo sobre esse território-continente; possuímos o babaçu, a cana-de-açúcar, a soja e outros produtos naturais, e temos a tecnologia de uma patente já registrada e comprovadamente eficaz, para que façamos um projeto de baixo impacto ambiental, e acima de tudo, renovável.

Repito, decretando a nossa independência e fazendo que os outros países sejam, sim, dependentes do know-how da fonte de energia que o Brasil tanto luta.

Estamos acima de tudo trazendo essa preocupação, mas também, além de uma saída, um alerta, como disse o próprio professor Batista Vidal. Ou o Brasil se transforma numa grande potência, ou será esmagado, como aconteceu com o Iraque, que ainda é dono, ou detentor de uma grande reserva petrolífera, mas por conflitos fundamentalistas ou uma falta de capacidade de gerir toda essa riqueza, está sendo esmagado pelas super potências.

É preciso também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ter uma consciência muito grande. Precisamos ter uma organização, principalmente ao desenvolvimento dessa ciência e da tecnologia que bate à nossa porta nesse novo século, nesse desafio que se apresenta ao nosso País, as energias limpas, geradas no Hemisfério Sul, são, sem dúvida nenhuma, um verdadeiro tesouro, e o Brasil pode inverter hoje essa situação de ter como os donos do mundo os países produtores de petróleo, ou as grandes potências.

Então, Sr. Presidente, trazemos aqui esta preocupação. É urgente a redução da emissão do gás carbônico na natureza para diminuir o efeito estufa, para diminuir também a questão termodinâmica que vem afetando e vai afetar o nosso país e o nosso planeta, nos próximos anos. A alternativa está sendo colocada pelo professor Batista Vidal é que os nossos governantes tenham a visão de futuro, que possam adotar essa alternativa.

Aqui parece que o Governo já comprou essa idéia, e esperamos que ele alavanque essa alternativa dando subsídios necessários à elaboração de um plano eficaz no combate à falta de energia petrolífera que deve acontecer nos próximos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Neivo Beraldin no Pequeno Expediente.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recordar é viver. Em 2003, Deputado Scarpellini, a República viu em todos os jornais a Receita Federal, a Polícia Federal, mandar a Nova Iorque o perito Renato Barbosa e o Delegado Castilho, da Polícia Federal. Os dois, chegando a Nova Iorque, com auxílio dos Procuradores Distritais, quebraram o sigilo bancário e fiscal do Banco Rural. Notem bem, Banco Rural, 2003: Banestado, Banespa, entre outros Bancos. Aí apareceram as chamadas contas Beacon Hill; Operação Farol da Colina e Chanani. E daí, veio o doleiro do Rio de Janeiro, Odário Nasser.

Então, esses dois delegados da Polícia Federal, em descobrindo essas contas, em avançando na investigação da CC-5, o que fez o sério Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva? Cortou a diária dos delegados e determinou a sua volta, imediatamente, ao Brasil. Se isso não bastasse, o Delegado Castilho foi transferido para Joinville, para uma delegacia sem nenhum computador, dando pareceres sobre crimes ambientais ou quem sabe, prendendo um ou outro pequeno malfeitor.

O Delegado Barbosa teve que também ser socorrido por alguém, porque foi afastado, foi encostado. Agora, o que nos leva à imaginação quando ouvimos, aqui a CPMI Nacional, o Sr. José Mentor, quando lhe dizíamos que tínhamos o roteiro de viagem dos gerentes do Banestado de Nova Iorque e Paraguai? E quando sentimos que aquela CPMI não queria nada mais nada menos do que nem falar em Banco Rural e nem tampouco atingir Malluf, porque queria o apoio do Malluf no segundo turno em São Paulo.

Essas conversas e o tempo foram passando e o que se constata, hoje, é que o Banco Rural já vinha remetendo dinheiro para o Exterior, possivelmente sob esses esquemas, porque o Banco Real remeteu em torno de quatro bilhões de reais para as agências das contas de paraíso fiscal.

O que me chama muito a atenção é vermos delegados competentes como o Castilho e como o perito Barbosa, este que compareceu, por solicitação da CPI que tive a honra de presidir nesta Casa (com a Assembleia Legislativa bancando a sua estada no Paraná), colaborando com a nossa CPI, com todas as evidências prontas e montadas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

V. Exa. usará o horário de Liderança do seu Partido?

O SR. NEIVO BERARDIN

Se me for concedido...

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Nobre Líder Barbosa Neto, o horário do seu Partido está cedido ao Deputado Neivo Beraldin?

(**Assentimento**)

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PDT***

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, Sr. Presidente, aquilo que não se dava importância, na época, se constata hoje! O delegado Castilho estava, até esta semana, na delegacia em Joinville. Agora o Governo do Paraná requisitou-o; está aqui, na Ouvidoria do Estado do Paraná. Certamente esse delegado vai fazer a sua história aqui no Paraná, também, porque é daqueles homens determinados e que tem como vocação a revelação da corrupção neste país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Copel andou comprando energia da Cien, uma empresa argentina. Nesta semana, a Comissão de Fiscalização e Controle, que presido, notificou a Copel para que não renovasse o contrato com a Cien, porque o Presidente da Copel disse esta semana na televisão e está dizendo, que, com essa nova usina termelétrica ou hidrelétrica concluída, há poucos dias, a Elejor, que se nós tivermos que produzir mais energia será para o Brasil e não para o Paraná!

Estamos buscando informações junto à Aneel e ela nos informa em qual parte do país havia necessidade de comprar energia. Que nos informe a quanto é que a Copel vende a megawatts/hora e por quanto ela comprou a megawatts/hora? Quanto a Itaipu vende ao Brasil? Certamente, vamos chegar a uma conclusão: cuida-se dos tostões e deixa-se os bilhões navegando soltos por aí, e cada vez mais fica a certeza de que o Poder Legislativo tem que se sobrepor neste país.

Estamos em processo de fiscalização, de auditoria, de solicitação de informações oficiais. Não aceitamos que o Secretário de Comunicações do Governo, ilustre líder, Deputado Dobrandino, indagado pela Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, sobre as despesas e as autorizações com gastos em publicidade e propaganda, nos mande ver no site!

Quem é esse cidadão, que o Governador nomeou para um cargo de Secretário de Estado, mandar Deputado Estadual, eleito pelo povo, uma Comissão interna deste Poder, observar no site, que lá tem as suas informações?

Eu quero ver o PADV, quero ver a sua assinatura, quero documento oficial! Não quero saber de site. Site por site, ele que olhe o nosso; certamente terá mais informações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Com a palavra, Deputado Elio Rusch.

## **Deputado Elio Rusch (PFL)**

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na Sessão de hoje para falar mais um vez sobre o referendo do próximo dia 23 de outubro, quando os eleitores do nosso País irão decidir se o Brasil pode continuar a comercializar ou proíbe a comercialização de armas no nosso país.

Nós, que já usamos esta tribuna, fizemos algumas considerações, achamos oportuno fazer outras colocações que motivaram a grande mídia e a imprensa do Brasil, no último final de semana de fazer também as suas considerações.

Eu diria que primeiro, o jornal A Gazeta do Povo, no dia de hoje, publica uma pesquisa que foi feita no Estado do Paraná no mês de março e outra agora, no mês de setembro.

Deputado Duílio Genari, no mês de março, quando a população ainda não estava ciente do que representaria, o que era esse referendo, que na verdade não se vota o desarmamento porque o desarmamento já foi votado em 2003, através do estatuto do desarmamento. Vamos apenas votar a comercialização da arma, SIM ou NÃO. NO mês de março, aqui em Curitiba, conforme o Instituto de Pesquisa Paraná-Pesquisa, 70% dos curitibanos iam dizer SIM, e apenas 27% iam dizer NÃO. Isso, no mês de março.

Não começou nem a campanha ainda, ela foi no ar agora, no dia primeiro, sábado. A opinião do curitibano, quando começou a saber o que quer dizer esse referendo mesmo, teve uma mudança considerável: de 70% caiu para 54%, SIM e 27%, NÃO. Na medida em que o tempo vai passando e os eleitores tomam conhecimento do que quer dizer o referendo para o desarmamento, que não é o desarmamento, na verdade é a comercialização de armas do nosso Brasil, o eleitor começa a se definir e entender a pergunta.

A Revista Veja, desta semana, traz sete razões para votar no NÃO. O que é que diz o NÃO? A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos! O diretor de Pesquisa do Instituto Gallup do Brasil, quando foi perguntado falou o seguinte: a maneira como a pergunta do referendo foi formulada, é em si desonesta.

Se me pedissem para formular a questão do referendo, de modo que o resultado fosse favorável ao desarmamento, eu teria feito exatamente a frase que será apresentada aos eleitores, diz José Paulo Hernandez, diretor da Pesquisa Gallup. Como profissional de uma empresa de pesquisa de mercado, Hernandez tem que se preocupar em fazer perguntas que não provoquem respostas distorcidas ao público pesquisando. Uma das regras é que a questão não pode ter palavras com conteúdo emocional forte, ao juntar armas e proibição. Os autores do referendo cometeram esse deslize e assim segue adiante o comentário do diretor do Instituto de Pesquisa Gallup, do nosso país.

A pergunta teria que ser bem diferente. A própria Revista Veja diz, por que não fizeram a pergunta da seguinte forma: o Estado brasileiro pode tirar das pessoas o direito de comprar uma arma de fogo? Por que não dessa forma? Ou, por que não de uma forma mais simplista? Por que usar duas palavras de forte comoção social, que comovem as pessoas, como arma e proibição?

Com toda a certeza, Sr. Presidente, este será um assunto que iremos abordar por muitas vezes, até o próximo dia vinte e três.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

## **Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última quarta-feira nós usamos esta tribuna para alertar o problema da falta de saúde do nosso Estado do Paraná, em especial na nossa cidade de Ponta Grossa.

Depois que fizemos o pronunciamento, Deputados da base aliada e até mesmo o Deputado representante da cidade de Ponta Grossa - tanto quanto eu - subiu à tribuna do lado do Governo, para defender o Governador Roberto Requião e dizer que os problemas de falta de UTI, na cidade de Ponta Grossa, estavam sendo solucionados, porque o Governo do Estado está investindo bilhões de reais, para poder sanar o problema de falta de leitos de UTI.

Eu aqui desta tribuna alertei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que na cidade de Ponta Grossa continuam morrendo pessoas, por falta de leitos de UTI. Deixar claro que o leito de UTI é obrigação do Governo do Estado do Paraná, do governador Roberto Requião viabilizar para a população do nosso Estado. É ele que tem a obrigação de viabilizar, lá no hospital, no pronto-socorro, para que possam dessa forma ter a condição de atender às pessoas, que precisam ser internadas na UTI.

Só para vocês terem uma idéia como eu falei a verdade aqui, na sexta-feira, na cidade de Ponta Grossa, faleceu mais uma pessoa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por falta de leito de UTI! Ela estava internada no Pronto Socorro Municipal desde às 12h30; não conseguiu um internamento em um leito de UTI e às 21h30 faleceu, por acidente vascular cerebral.

Então, a verdade é uma: não adianta tapar o sol com a peneira. Continuam morrendo pessoas na cidade de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais! O Governo do Paraná não vem cumprindo com a sua obrigação! O Governador gosta de falar, mas não gosta de resolver os problemas e está mais um registro que a Sra. Rosa Pereira dos Santos morreu na sexta-feira, na fila da UTI, porque na cidade de Ponta Grossa continuam morrendo pessoas por falta de atendimento.

Não adianta discursarem, dizendo que o problema está solucionado. Não está! Repito, acorda Governador! A cidade de Ponta Grossa, a nossa região dos Campos Gerais, vem perdendo vidas por falta de leitos de UTI!

Chega de papo! Nós queremos ação! Governador, não deixe mais pessoas morrerem nos Campos Gerais! A solução está em suas mãos. Libere recursos para a implantação de mais leitos de UTI nos hospitais da nossa cidade de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vimos a notícia que vai subir novamente o pedágio das Cataratas. Em um outro anúncio, vimos a intervenção malfadada do Governador Roberto Requião, intervindo lá, por algumas horas, e noticiando ao Paraná que ele estava cumprindo com o seu compromisso de campanha, que era: ou abaixa ou acaba.

Nós queremos aqui, neste momento, lembrar que o pedágio não abaixou e que não acabou; o que o Governador falou e não cumpriu. Mas, queremos dizer que o “Doutor Recurso”, aliás, o Dr. Botto de Lacerda, também conhecido como “Doutor Recurso”, disse que iria entrar com um recurso na Justiça para resolver o problema do pedágio das Cataratas da Rodovia 277, uma vez que a cobrança está sendo abusiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando da campanha eleitoral, o que vimos lá na discussão e no debate de campanha entre os dois candidatos, Álvaro Dias e Roberto Requião, foi Roberto Requião quem disse textualmente ao candidato derrotado, Álvaro Dias: Álvaro, eu tenho a solução para o pedágio. Você quer fazer uma auditoria e isso é uma maneira de enganar! Eu sei e eu tenho a solução! No primeiro dia que assumir, vou resolver o problema do pedágio!

Pelo que consta, ele já assumiu e não resolveu! Está, de ação em ação, com o seu Procurador-Geral do Estado, recorrendo - e até por isso já ganhou o apelido do “Doutor Recurso”. E nós queremos aqui, neste momento, lembrar que não foi uma exigência do povo para votar no Governador Roberto Requião; foi ele que se comprometeu em acabar com o pedágio! E muito mais do que isso, ele disse que as quadrilhas que faziam parte do pedágio iriam todas para a cadeia!

Pelo que consta, também não foi ninguém para a cadeia.

Outro compromisso feito pelo Governador foi na área de saúde, e lembrou bem aqui o Deputado Plauto Miró Guimarães, de Ponta Grossa, como eu quero lem-

brar aqui dos hospitais regionais, que são assim, como fantasmas, na vida do povo e dos políticos, porque todo mundo fala nesses hospitais regionais, só que ninguém vê, parece um lobisomem: há uma crença muito grande na sua existência, mas ninguém sabe da sua materialidade, como eles existem, onde eles vivem e o que eles fazem.

Deputado Plauto Miró Guimarães, Srs. Deputados aqui presentes, os hospitais regionais de Paranaguá e Apucarana, de Paranaíba, Ponta Grossa, de Guarapuava, de Cascavel, de Francisco Beltrão, de Pato Branco, Jacarezinho, de Santo Antônio da Platina, onde estão, na verdade? Será que é só no projeto e nas promessas do Governador que esses hospitais existiram?

Agradeço a sua benevolência, Sr. Presidente, para eu concluir e dizer que o povo do Paraná quer, realmente, os compromissos cumpridos. E o povo acredita que, mesmo tarde, isso possa vir. E nós queremos que o governador Roberto Requião honre a sua palavra!

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Martins Anibelli.

### ***Deputado Antonio Anibelli (PMDB)***

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para saudar os Deputados Mauro Moraes, Cesar Seleme e Cartário, que, voluntariamente, se filiaram ao nosso Partido, o PMDB, e eu, como Líder desta Bancada, tenho um prazer imenso em continuar sendo Líder, não sei por quanto tempo, mas liderando três companheiros que representam a sociedade paranaense, gente que tem história, gente que fez por merecer o voto dos paranaenses, gente que irá ajudar muito o Governador Roberto Requião, e que irá ajudar o nosso Partido.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, não poderia me calar diante daquela eleição realizada quarta-feira, em Brasília. Acho que o espetáculo mostrado ao Brasil, a liberação de verbas, a cooptação de votos, na eleição do Sr. Aldo Rebelo, acho que foi um triste exemplo para a nossa sociedade. A eleição de Severino Cavalcanti foi, no início deste ano, uma eleição atípica em que o PT, através de uma disputa de dois candidatos, foi levado à derrota para o Severino Cavalcanti. Severino não estava preparado para ser o Presidente da Câmara. Eu até não o culpo cem por cento; acho que até ele prestou algum serviço à Nação, quando desvendou aquele mar de lama no Congresso Nacional. E a Câmara dos Deputados aí está a manchar o nome da representação partidária, da representação política e que todos os Deputados, tanto federais como estaduais, caem numa vala comum, porque todo mundo diz que político não presta! E não é por causa de

alguns Parlamentares que entraram no mensalão ou na cooptação do Governo Federal que iremos classificar a todos os Parlamentares!

Vejo, nessa eleição do Sr. Aldo Rebelo, uma eleição em que o candidato natural seria o Vice-Presidente, em que lá se fez todo tipo de barganhas com os partidos, inclusive o meu PMDB, na pessoa do Presidente do Senado da República, ter participado indecorosamente desse conluio que o Brasil está a ver, um Presidente da Câmara sem liderança, um Presidente que foi ungido por outros interesses, e quiçá eu esteja enganado, que este Presidente não venha fazer uma grande pizza para indignação da nossa Nação!

Acho que o Poder Legislativo, aqui na nossa Casa, que é um Poder independente, é um Poder que tem dado ao Governador Roberto Requião todas as leis necessárias para o bom desempenho do seu Governo; nunca lhe tem faltado! Temos uma oposição guerreira, vibrante, discutimos, divergimos mas o nosso Poder Legislativo sob a batuta do Presidente Hermas Brandão, tem se posicionado com independência e com dignidade em favor da causa pública.

É difícil proferir estas palavras, mas não quero passar para o amanhã como omisso e não dizer aquilo que eu acho que representa o pensamento da maioria dos companheiros de bancada que, no conversar particularmente com cada um, vemos o desejo da bancada e do povo paranaense, nas andanças que tive no final de semana, por vários municípios, a indignação de companheiros, de adversários, de pessoas que militam no interior, militam na causa pública e militam pelo interesse do Paraná.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Deputado Vanhoni.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Deputado Anibelli, primeiro quero agradecer pelo aparte; segundo, permita-me, tenho uma visão um pouquinho diferente da que V. Exa. está trazendo para debate hoje, na Assembléia.

Acho que o PT, no Governo Federal, num determinado momento, errou, e errou de uma maneira grave! O que acontece sobre o nosso País, o que aconteceu sobre o nosso partido, não é apenas uma crise; é uma tragédia!

Inúmeros dirigentes partidários já vieram a público pedir desculpas à Nação pelo que foi revelado do ponto de vista da drenagem de recursos para campanhas eleitorais que costumeiramente chamamos de “caixa 2”.

Três CPI's estão instaladas no Congresso Nacional. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal também estão investigando, e é bom que assim o façam.

No entanto, o Presidente Lula, em que pese que possamos ter discordância em relação a prazos, em relação à política econômica de uma maneira geral, à macroeconomia do nosso país, mas os programas federais que vêm sendo executados são programas de interesse da maioria da população.

O Congresso Nacional não pode continuar vivendo a situação que vinha vivendo. Passou por uma crise profunda. Até o Presidente eleito, no Congresso Nacional e que não foi eleito pelo voto dos militantes e Deputados do PT, foi eleito por Deputados, por uma parcela do Congresso e teve que renunciar, recentemente.

O Aldo Rebelo, na 5ª Legislatura, Deputado Federal, uma pessoa que tem um compromisso com as causas populares e democráticas do Brasil, desde a época em que era estudante secundarista na cidade de São Paulo. Tem um mandato de Deputado Federal irretocável, do ponto de vista da sua conduta pública. Que o Governo Federal, que os Ministros, que os Partidos políticos, que os Ministros do PMDB, que os Ministros de outros Partidos foram ao Congresso Nacional pedir voto para o Aldo Rebelo, é verdade que foram! Muitas vezes, aqui na Assembléia Legislativa, já tive oportunidade de ver, quando discutimos a sucessão da Casa, membros do Tribunal de Contas que tiveram passagem pela Assembléia Legislativa, vir de alguma forma discutir com os Deputados sobre o destino da Presidência da Assembléia. Não é por isso que em algum momento o conjunto dos Deputados teve a figura da Assembléia arranhada. Soubemos sempre resguardar a sua independência e autonomia.

Foi bom para o Brasil que o Aldo Rebelo, um homem ponderado, correto, íntegro, uma pessoa honesta, assumisse a Presidência da Câmara no Congresso Nacional. Sabemos que o PMDB tem uma divergência. Que o candidato de uma fração do PMDB ou de um setor ou, talvez, da maioria do PMDB, era o Michael Temer. Nós sabemos disso. Vejam, a culpa das divisões partidárias não é única e exclusivamente por causa do jogo político no Congresso Nacional! O PMDB, assim como o PT, tem divisões internas, é dividido há muito tempo. O próprio Governador Roberto Requião tentou diversas vezes ser candidato à Presidência da República e não conseguiu por causa das divisões dentro do PMDB. Espero que nesta oportunidade, o nome do Governador novamente está colocado, o PMDB se una e lance um candidato progressista, como é o Governador do Estado do Paraná.

Acho que a eleição do Aldo foi boa para a democracia e o jogo político que foi colocado lá para a sua eleição; foi um jogo absolutamente dentro daquilo que entendemos que é salutar à democracia. Não há denúncia de compra de votos no Congresso Nacional.

Não podemos agora, neste momento que passa a crise no Congresso Nacional e no Governo brasileiro, achar que todos os gestos, que todas as medidas têm uma origem não confessável, uma origem não pública, não transparente, que não tenha os rigores da ética e honestidade que gostaríamos e queremos que esteja conformando a cultura política do nosso país.

Então, se o senhor prestar atenção: no primeiro turno, 182 votos para o Aldo. Segundo turno, 182 votos para o candidato do PFL, o Nonô. Sobraram 150 votos do PTB, do PDT, 18, e do PP. Esses partidos somaram 150 votos. A eleição foi dividida até o último voto. Significa

que a metade desses partidos, menos dez ou menos treze, acabou votando num ou noutro candidato.

O Congresso Nacional se dividiu. o Alckmin entrou na eleição. O Governo de São Paulo entrou na eleição. O Brasil entrou na eleição da Câmara Federal. Foi bom. Foi bom que o Aldo Rebello ganhou, porque é um homem honesto e tem um compromisso com a democracia e com os movimentos populares. O PMDB aqui do Paraná, que tem a mesma tradição do Roberto Requião, de ter compromisso com as causas populares, devia estar orgulhoso, que o Aldo Rebello, que é um companheiro do PC do B, consagrou-se vencedor da Câmara dos Deputados!

Muito obrigado.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço o seu aparte, Deputado Vanhoni. Apenas dizer que o PMDB não participou da eleição do primeiro turno, porque o Presidente Michel Temer foi traído pelo Presidente do Senado Renan Calheiros.

Dizer que o Aldo Rebello é um homem honesto, é obrigação de todo o cidadão ser honesto! O difícil é nós vermos o Presidente, desonesto, como tinha até então.

Espero que eu não tenha que voltar aqui à tribuna - porque falo em meu nome - para denunciar o novo Presidente da Câmara por ter participado com os quinze votos, com que ele ganhou a eleição. Porque o PMDB autêntico, já votou no Nonô, no primeiro turno, porque era acordo de fio de bigode, de gente que quer uma Câmara independente, vir aqui denunciar o acerto nas cassações de mandato.

Espero que eu e a nação brasileira, não vejamos o Presidente Aldo Rebello fazer com que a pizza esteja sendo preparada para abortar as cassações daquele, inclusive, Deputado do PMDB, todos os Deputados, que entrem, que andem os seus processos, que não sejam abortados pelo Supremo Tribunal, nem, por engavetamento, para que a grande pizza seja comida pelos vencedores da última eleição.

Com o aparte, Deputado Valdir Rossoni. Depois, Deputado Greca, Deputada Elza e Deputado José Maria.

#### O Sr. Valdir Rossoni (PMDB)

Deputado Anibelli, V. Exa. entra num assunto palpitante; é o assunto do momento. Quem leu as principais revistas e jornais desse final de semana, fica preocupado.

Eu não tenho por que duvidar da honestidade do então Presidente da Câmara, eleito, mas, na verdade, há no ar um cheiro de pizza. Há uma festividade, daqueles que conduziram o mensalão, comemorando já, que não serão cassados.

Então, o futuro vai nos provar quem está com a verdade. Eu ouvi o Deputado Vanhoni, ele sendo afirmativo, eu concordo com V. Exa. Espero que V. Exa. não tenha que subir à tribuna e dizer que a afirmação do Deputado Vanhoni, não era correta.

Quem assistiu a Globo News, vendo os principais cientistas políticos fazendo análise da atual situação, é dado como favas contadas, de que Aldo Rebello foi eleito para segurar, principalmente, a cassação do José Dirceu, primeiro. Depois, do outros. Essa é a grande razão!

Um fato inusitado, também, que veio nas revistas na última semana. O ex-Presidente Severino renunciou, e agora é eleito o novo Presidente. Mas, no dia seguinte à eleição do Aldo Rebello, o Severino esteve no Planalto, numa cerimônia, com o Presidente da República, aonde deu um forte abraço no Aldo Rebello e disse: "Trabalhei com muita determinação. Fui buscar quarenta votos para a sua candidatura, Aldo, e a minha alegria é que você é o presidente, porque você vai dar continuidade ao meu trabalho."

Quer dizer, por mais boa vontade que tenha o Aldo Rebello, colocou o carimbo de continuidade no trabalho do Severino! Aí é que está a barbaridade, diz que o Severino estava no Planalto, numa cerimônia oficial, com o botton de Parlamentar, dizendo-se vitorioso, com a vitória de Aldo Rebello!

Por essa razão, V. Exa. entra num assunto palpitante, mas não podemos fazer prognósticos. Certamente dentro de um mês teremos que voltar a este assunto, para ver o que está ocorrendo no Congresso, essa grande alegria dos comandantes do mensalão, porque a verdade é a seguinte: quem elegeu Aldo Rebello foi o mensalão!

Agora vamos ver se ele terá autonomia para julgar essas pessoas que devem ser julgadas no Congresso Nacional.

Muito obrigado!

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço as palavras do Deputado Rossoni e infelizmente não queria dizer, se as revistas não mentirem, se a realidade não for essa, o Severino, o baixo clero agora, mudou o Presidente, mas a coisa é a mesma.

#### O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Ao cumprimentá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento que vem ao encontro do que está pensando a consciência da nação brasileira. Quero dizer que, ser de esquerda, ser do PC do B, não torna o novo Presidente da Câmara imune a um processo de corrupção.

Essa visão de que quando se está à esquerda as pessoas não podem ser corruptas, não podem ser culpadas, caiu completamente, com o processo do mensalão. Se há corrupto, são dezesseis os apontados, devem ser outros os escondidos dentro do Congresso Nacional. Há mais do que isso, um poder corruptor, que funciona dentro do Palácio do Planalto. A sala do Ministro José Dirceu era ao lado da sala de Aldo Rebello, Ministro de Coordenação Política do Presidente Lula.

Esse novo Presidente da Câmara é um sujeito interessante de biografia. Fez uma lei proibindo palavras em inglês no Brasil. O que seria um desespero se fosse aprovada, porque toda a nossa burguesia mora em condomínio.

nios com nomes ingleses, franceses. São tantos os glacinismos e anglicanismos, que a gente já nem pode viver em português.

Ele liderou uma Bancada de nove Deputados e virou Ministro de Coordenação Política. Foi o personagem considerado fracassado no episódio José Dirceu, por isso saiu do Ministério, e agora, está sendo elevado a uma vestal da república! Eu não gostei, na sua declaração, de que vai levar tudo com muita lisura, com muito afinco, mas não vai cometer injustiças.

Isso dá uma impressão de querer dar uma bóia salva-vida, sobretudo, ao comandante José Dirceu. Não se trata de perseguir injustamente as pessoas. Trata-se de exigir que o Congresso seja depurado, porque senão, todas as reeleições, inclusive as nossas, se nós nos calarmos, estarão comprometidas, porque a população desacreditará completamente do processo político.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Acho que ele também cometeu um erro de tirar a fotografia do Papa que dava um semblante de seriedade na sala da Presidência.

#### A Sra. Elza Correia (PMDB)

Queria dizer ao companheiro, que acho importantíssimo esse assunto, que tem a ver com todos nós, não só Parlamentares, mas com o povo brasileiro. Quero fazer aqui uma consideração. Conheço bem o Aldo Rebello, a sua honestidade, a sua seriedade. Como V. Exa, disse - "honestidade não deveria ser mérito, mas obrigação de todos nós", mas até que me prove o contrário, o Aldo tem tido uma história importante da vida política nacional. Também espero que a sua autoridade e que essa biografia que ele escreveu, até aqui, não seja arranhada a partir de agora. Que ele mantenha a sua autoridade, a sua imparcialidade na condução da Câmara, porque, sem dúvida nenhuma, nós teremos oportunidade.

Como disse o Vanhoni - isso tudo fez parte de um jogo político. Agora, precisamos prestar atenção para descobrirmos a quem esse jogo político pode favorecer.

Nos temos essa oportunidade aí pela frente. Vamos aguardar.

Espero que o Aldo conduza a Presidência da Câmara, como Delcídio Amaral do PT vem conduzindo a Presidência da CPI dos Correios e o nosso companheiro Serraglio como relator, com absoluta isenção, que é assim que deve ser.

Essa questão de quinze votos, dezesseis votos, a mim ficou muito emblemática, ganhar mesmo no segundo turno com esses 15 votos.

Portanto, acho que temos que prestar atenção, vamos ver a quem esse jogo político favorece, se é que vai favorecer alguém. Espero que não. Vejo muita arrogância daqueles que saíram para não serem cassados, transitando como se nada tivesse acontecido, e arrogância daqueles que estão na lista dos cassados, dos cassáveis, digamos assim. Como o Sr. José Dirceu, que nunca vi

uma arrogância tamanha como o José Dirceu está se mostrando no Congresso Nacional. Acho que temos que prestar atenção, mas a história vai dizer quem tem razão.

Até que me prove o contrário, tenho uma grande consideração, um grande respeito pelo Aldo Rebello.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu também, Deputada Elza, jamais colocaria dúvidas a respeito da sua história política, mas vejo com tristeza a primeira reunião que ele fez com os líderes, no outro dia depois da eleição, o fracasso na condução da reforma política, que se não tivermos reforma política todos nós seremos taxados de corruptos, porque, se virar pizza ou não virar, se Deus quiser, sem reforma política jamais poderemos ter uma eleição daqui a menos de 365 dias, porque hoje é dia 03 de outubro, dia histórico das eleições, quando Getúlio Vargas foi eleito! O povo brasileiro vinha às urnas e escolhia seu Presidente. Agora no dia 1º de outubro do ano que vem, menos de 365 dias de hoje, nós poderemos todos estar chorando, envergonhados, da lisura das eleições, se não foi feita a reforma política.

#### O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Agradeço o aparte.

Parablenzo, sobretudo, pela oportunidade do debate.

Esta Casa tem evitado, na maioria das vezes, as discussões de âmbito nacional, o que tira um pouco da nossa vivência e da nossa participação, enquanto Parlamentares.

Agora, não tenho dúvidas, a eleição do Sr. Aldo Rebello - por mais ilustrativa que tenha sido a sua carreira, por mais honorável que tenha sido o seu passado político - com - e nas circunstâncias em que ele se elegeu Presidente da Câmara dos Deputados, deslustra o seu papel do passado e traz para o futuro uma preocupação muito grande, porque preocupação de quem não terá liberdade, de quem já foi aprisionado na cadeia. Quinze votos foi muito pouco e a Bancada que está com o pescoço na forca do Conselho de Ética, foi a que patrocinou. Só olhar a Veja que circula esta semana, temos a Bancada do Saci Pererê. A Bancada do Saci Pererê é justamente aquela que apoiou o Aldo Rebello.

Como é que nós podemos separar a conduta ímpar, a conduta séria com aqueles que nos emprestaram apoio?

Ora! Não se justificam as boas ações com as malvadezas, e o que nós tivemos lá foi aqueles que praticaram todo tipo de indolência contra o povo brasileiro e contra a própria política, emprestando o seu apoio votando, acavando votos, a ponto de o ex-Deputado e ex-Presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti vir abraçar e dizer - "trabalhei muito para a tua eleição, estou satisfeito". Pior do que o Severino será o Aldo Rebello, porque vai estar vestido da máscara de um passado limpo e de um homem pronto, mas a serviço com certeza, de que não haja punição no caso do mensalão.

Ora, não podemos admitir que, após uma eleição com as circunstâncias que nós estamos vivendo, um bilhão e meio seja liberado do orçamento, que nós tenhamos como testemunha uma das pessoas que hoje é o epicentro de todo o processo de corrupção, está alavancado no Dirceu, ele é testemunha do José Dirceu.

Como é que nós poderemos esperar independência, como é que poderemos esperar que haverá por parte da Presidência da Câmara a vontade política em que as coisas possam acontecer.

É por essa razão que a sociedade precisa ficar de atalaia, vigilante, e V. Exa. cumpre esse papel hoje quando usa da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Deputado José Maria, eu agradeço o seu aparte, um aparte inteligente; não poderia ser diferente. E lembro a V. Exa. como nosso representante na União Nacional dos Legislativos Estaduais, nós teremos que levar em frente essa bandeira para que não deixemos as Assembleias Legislativas, os 1040 Deputados brasileiros estaduais, sermos enganados sem a reforma política e por uma defesa dos Legislativos mais independentes.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Anibelli, eu ouvi aqui vários pronunciamentos, gente que homenageou o Severino aqui nessa tribuna, e que agora o condenou. Não foi V. Exa. Fazendo uma reflexão profunda do Aldo, o voto foi secreto, fez quinze votos a mais do que o Nonô. Eu acho que quando os principais projetos forem votos públicos, vai dar mais voto, mostrou de fato que o Governo está com a maioria.

Existe um problema cultural muito grande neste País; são as questões das emendas Parlamentares, que aqui se reivindica também, que eu acho complicado no sentido de amarrar uma maioria política. Mas como é que você muda uma cultura política como essa quando a gente sabe do fisiologismo que permeia muitas Casas Legislativas.

Agora, eu tenho clareza de que, como a votação foi secreta, mesmo aqueles que terão as suas emendas para atender os seus Prefeitos, têm o seu lado positivo, se forem licitações bem feitas, concorrências feitas vão ter benefícios para o município. Será que é só assim que acontece? Veja só, as votações dos projetos principais, no nosso entendimento, terão maioria. Mostrou força do Governo e eu espero que aquilo que foi levantado pelas CPI's seja de fato punido com a grandeza da lei.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Apenas para dizer ao Deputado Welter que o Governador Requião não libera verbas para Deputados, se fazem emendas e orçamentos, porque ele acha que liberar verbas é um poder de corrupção, ou de cooptação

de Deputados. Liberar verbas em véspera de eleição, é imoral.

Não tenho nada que ver com a eleição do Sr. Aldo Rebello, porém, a liberação de verbas em véspera de eleição, é um fato que não pega bem.

Eu, Deputado Vanhoni, gostaria de ceder o aparte, mas o Presidente me chama a atenção.

Agradeço o aparte de todos os Srs. Deputados. Eu acho que é obrigação de nós Parlamentares, levarmos à frente, jamais deixarmos a cada dia que houver uma denúncia, tanto a nível estadual como a nível federal.

Temos que sair em defesa da moralidade pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos registrar aqui a presença do Deputado Federal, Pastor Oliveira. Nossas boas-vindas à Assembleia Legislativa do Estado.

Cumprimentar também o Prefeito de Tomazina, Luiz, que nos visita hoje.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu tenho a honra de anunciar e registrar a presença do meu pai, José Apolinário Ferreira, na nossa tribuna, e também do Junior Oporto, Vereador de Sertãoópolis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Satisfação em receber o seu progenitor nesta Casa, vendo o trabalho do seu filho aqui.

As nossas boas-vindas ao pai do nosso companheiro José Maria.

### ***Horário das Lideranças:***

PPS, PFL, PT. Deputado Tadeu Veneri, com a palavra, por dez minutos.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu ouvi o pronunciamento do Deputado Anibelli no Grande Expediente e, realmente, o fato político da semana anterior foi a eleição do Deputado Aldo Rebello para a Presidência da Câmara Federal. Por que eu digo que é um fato político?

É óbvio que o Governo Federal, dentro da sua base aliada, não poderia abrir mão de ter um candidato e que esse candidato fosse identificado com o Governo, assim como seria um absurdo se o Governador Roberto Requião não tivesse, aqui também durante o período em que nós fizemos uma composição, um entendimento que a Assembleia teria um comportamento de neutralidade, mas não um comportamento de antagonismo *a priori*.



Eu digo isso, Deputado Anibelli, porque quando foi eleito o Deputado Severino, muitos daqueles que votaram nele acho que se arrependeram depois, porque a Câmara Federal parou e nós vivemos alguns meses de uma situação que muito nos constrangeu.

O Deputado Aldo Rebello é uma pessoa extremamente séria o senhor mesmo colocou aqui. A diferença de votos foi muito pequena, é impossível nós pensarmos que todo o bloco que não votou necessariamente no candidato do PFL, no primeiro turno, votou no segundo, no Deputado Aldo Rebello. Ao contrário. Os votos se dividiram. A prova disso é que não havia, dentro da Câmara Federal um consenso, inclusive por conta da retirada de candidatura do Deputado Michael Temmer.

O que quero dizer claro é que, quando o PT se envolve diretamente na eleição do Presidente da Câmara Federal, o faz de uma forma legítima, porque foi dito, inclusive por outros Deputados, que nenhum Governo consegue fazer nenhum tipo de ação dentro do Congresso se tiver, abertamente, um Presidente que lhe antagonize. Não me parece, embora acredite na isenção do Deputado Tomás Nonô, do PFL, que alguém acredita que possamos avançar no processo democrático estivesse esperando que fosse de forma diferente essa eleição.

Não acredito, inclusive, que o PMDB estivesse fazendo campanha e votando no PFL, porque seria uma contradição. Seria uma contradição se os Deputados do PMDB do Paraná, que durante oito anos do Governo Lerner fizeram oposição e pelas suas palavras, inclusive desta tribuna, sofreram muitas vezes discriminação, por conta de uma visão política diferenciadas, tivessem tido outro comportamento que não apoiar o Deputado Aldo Rebello, que tenho certeza absoluta, conduzirá com isenção a Câmara Federal.

Na sua primeira reunião não fez a pauta de reforma política, mas nós não podemos cobrar do Deputado Aldo Rebello, vinte quatro horas depois, aqui que durante seis meses Severino não fez, sendo que foi eleito com apoio de diversos partidos dentro da Câmara Federal.

Por isso, não quero polemizar do ponto de vista das condições morais e éticas do compromisso com que tem o Deputado Aldo Rebello, absolutamente, porque o seu papel é de ser magistrado, é de fazer com que a Câmara Federal tenha uma condução diferente que não nos leve a termos constrangimentos de dizer que fazemos política, que não nos leve a fazermos com que as pessoas pensem que todos os que fazem política são iguais.

Aqui disse o Deputado Elton Welter: é lógico que nós, muitas vezes, temos divergências, inclusive com o métodos utilizados. Eu, particularmente, sou contra emendas de parlamentares contrários, seja no Congresso, seja nas Assembleias Legislativas. Se o senhor for olhar, eu apresentei emenda no primeiro ano de mandato, inclusive a pedido do Governador, que tínhamos tido entendimento que deveria ser feito, nenhuma delas foi contemplada, não reclamamos absolutamente nada, por-

que não é o nosso papel. Acho que o papel do Executivo é fazer orçamento e fazer com que o orçamento seja feito.

Agora, entendo que o Deputado Aldo Rebello não pode, *a priori*, sofrer a discriminação que vejo inclusive nos órgãos de imprensa. Os mesmos órgãos de imprensa durante seis, quatro meses, estão tentando destruir o Partido dos Trabalhadores. São os mesmos que quando temos a primeira vitória legítima, legal e feita de uma forma limpa, vêm dizer que houve algum tipo de falcatrua.

Então, acredito que os órgãos de imprensa estão no seu papel, mas não vamos aceitar isso como se isso fosse para fazer um *mea culpa*.

Deputado Ângelo Vanhoni, lhe concedo um aparte.

### O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Tadeu, quero agradecer o seu aparte, mas queria contraditar a fala dos Deputados Anibelli, Rafael Greca, José Maria Ferreira e também da Deputada Elza. Não os contradito na completude da sua fala, mas, veja só o discurso que norteia cada um dos companheiros.

Tenho como princípio de que temos que fundar no país, no Brasil, aquilo que é importante para todo o cidadão e que deve ser igual para todo cidadão. Esta é a busca maior que nos move enquanto ente político, que é a construção da igualdade sobre tudo e sobre a justiça. E nós sabemos que na sociedade brasileira a justiça não acontece; acontece de uma maneira remediada.

Aqueles que têm posse, que têm condições, que têm mais influência na sociedade, conseguem determinados privilégios perante a lei, entre aspas. Sabemos disso. É por isso que lutamos para transformar o Brasil.

Ora, tem um preceito que norteia a minha vida, acho que deve nortear cada Deputado aqui, que não pode ser diferente de nós brasileiros, nem do francês, nem do inglês, nem do japonês. Eu só posso ser condenado, e é isso que a Justiça deve colocar como sendo, se tiver provas suficientes para que eu seja condenado. Porque senão, vamos organizar e vamos admitir uma sociedade do arbítrio, uma sociedade aonde a lei, a transparência, a impessoalidade, aonde, quando não há provas, procedamos a uma injustiça.

Eu não sei se o José Dirceu é culpado ou não; não sei se as provas que estão no Congresso Nacional, na CPI ou que Revista Veja ou que qualquer órgão de imprensa tenha, ou qualquer Ministério Público tem, se são suficientes para comprovar a culpabilidade de qualquer Deputado Federal.

Não conheço isso. Agora, não posso fazer o meu julgamento enquanto Deputado Estadual, que quero procurar justiça no Brasil e consolidar a justiça e a democracia, me pautar pelo que a imprensa diz, aquilo que os outros falam.

O Deputado Rafael Greca faz uma grosseria com o Aldo Rebello. Desculpe-me, Rafael, mas o fato de Aldo Rebello ser um homem que fez um projeto para defender,

e pode ser uma visão na sua interpretação, ou do jornalista da Globo ou do Arnaldo Jabour que fala na Rede Globo, pode ser uma visão menor, uma visão canhestra, uma visão medíocre, a respeito da cultura brasileira, quando ele defende que do ponto de vista cultural nós deveríamos defender as nossas tradições, o nosso folclore, que ele colocou com o termo de “Saci Pererê”.

Ele quer defender a língua portuguesa. Eu sei que V. Exa. não concorda com isso. Eu também não concordo. Concordo com a defesa da língua portuguesa, mas não com o projeto que Aldo Rebello faz.

Mas, veja, o que motivou o Aldo Rebello é o sentimento de brasilidade, é o sentimento da identidade do que é o Brasil.

Então, não podemos, neste momento que estamos discutindo as questões mais importantes do ponto de vista da produção de justiça, achar que o Aldo, por causa desses fenômenos do seu mandato, como está querendo classificar e ridicularizar a imprensa nacional, reproduzir isso.

Nós somos Deputados, temos o dever de construir a consolidação da democracia e da justiça. Não há nenhum Deputado ainda - com exceção talvez, não sei, porque não estive lá e não conheço as provas - cassado no Congresso Nacional. No entanto, nós já estamos cassando, pela nossa preferência pessoal, este ou aquele. É assim que faz o cidadão comum e os veículos da imprensa. Eu me pergunto se a Justiça tem que se pautar assim, com rigor, à comprovação, porque senão, não vamos fundar a democracia e a justiça. Nós não queremos um país onde a imoralidade ganhe solta, como vem ganhando, no território nacional.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Ângelo Vanhoni.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, vamos retomar esse tema nesta semana, porque entre outras coisas ouvi aqui, inclusive, dizer que se deveria deixar o quadro do Papa.

Meu Deus do céu! Quando não se tem mais nenhum tipo de argumento, se apela para aquilo que soa quase ridículo.

Por conta de um quadro na parede se julga o mandato de um cidadão.

A que ponto se chega, Srs. Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Liderança do PSDB;

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu, ao ouvir o aparte do Deputado Vanhoni, Deputada Elza, fico imaginando aproximadamente, há cinco anos atrás! O mundo de ponta-cabeça! O pronunciamento do PT de hoje - tudo agora é legal. Tudo é legal! Não podemos, não cabe na minha cabeça ver pessoas inocentes fazendo a defesa de corruptos, de pessoas que lesaram o erário público! Não acredito no que estou vendo!

O pronunciamento do Deputado Anibelli parece estar com o sexto sentido, antevendo o que vai acontecer.

Quem ouviu o pronunciamento do Deputado Anibelli e, agora, ouviu os Deputados Tadeu e Vanhoni, não tem mais dúvidas que a pizza já está no forno e que o Aldo Rebello veio com o mensalão, para salvar os chefes da corrupção de Brasília!

Ora, gente! Imaginar que o Lula não sabia de nada do que o Zé Dirceu falava, é chamá-lo novamente de mentiroso, porque o Zé Dirceu mesmo disse: não faço nada sem o Lula saber!

Os Deputados acreditam que os chefes do mensalão, que estão hoje de bem com vida, felizes, esses não tinham mais Deputados envolvidos no mensalão? Acreditam os senhores que pelo menos cem parlamentares não estão envolvidos? A grande verdade é a seguinte: em uma roda de amigos, não vou citar o nome do parlamentar, porque questão ética, mas sei que um dos chefes do mensalão foi comemorado, pessoalmente, por ter sido um “leão” na vitória do Rebello!

De repente, vejo aqui o pronunciamento do meu ilustre amigo, a quem respeito, Deputado Ângelo Vanhoni.

Ângelo Vanhoni, parece-me que estou vendo aqui um Deputado da velha Arena, o Amaral Neto, o Delfim Neto atacando a imprensa e defendendo toda essa corrupção. Não vai nessa, Deputado Vanhoni!

A população não tem dúvida! A corrupção estava a cinco metros do gabinete do Lula!

Então, quando vejo o Deputado Vanhoni fazendo essa defesa, isso já é um treinamento da equipe, é a “tropa de choque” que está saindo para a luta, para defender o mensalão e os comandantes dessa quadrilha que tomou conta do País.

Deputado Rafael Greca, já lhe concedo um aparte. Corrupção em governo sempre existe, aqui ou acolá, mas sempre o governante toma as medidas e, às vezes, de um ato de corrupção sai fortalecido, pela atitude do governante.

A grande verdade é a seguinte: onde mexe, tem corrupção. Aonde você vai, em qualquer setor administrado neste Governo Federal, há um foco de corrupção! Essa é a grande verdade! E daqui a pouco estarão dizendo que a cassação do Roberto Jefferson foi injusta! Daqui a pouco saem em defesa do Roberto Jefferson, porque já estão tendo coragem de defender o José Dirceu! Quem conhece o José Dirceu da política brasileira, o 1º Ministro do Brasil, aonde tem um Presidente voador, que comprou um avião para visitar os países do mundo, porque ele não

tinha tempo de governar. Quem governava era o José Dirceu!

Não venham me dizer da Petrobras, da Interbrasil e as outras coisas mais, que não vou entrar em detalhes, até para não ferir sutilezas. A grande verdade, Deputado Vanhoni, entristece-me muito ver o seu pronunciamento, porque me contraria. Eu sempre via na sua figura uma outra imagem, mas vejo V. Exa. querendo defender o indefensável e digo que estou vendo coragem em V. Exa., mas a grande verdade é a seguinte: a podridão deste Governo, não há quem possa salvar! Não há remédio!

Não há remédio, porque nós, na verdade, não temos Governo, apenas temos um Ministro que está cuidando da economia e pagando os juros que está pagando - diga-se de passagem também, que parece que o PT esqueceu o discurso.

Com um aparte o Deputado Rafael e, logo a seguir, o Deputado Vanhoni.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

É para lembrar, Deputado Rossoni, que antes da eleição do atual Presidente do Congresso, o ex-Deputado Valdemar Costa Neto, foi recebido com honras pelo Presidente da República no Palácio e ali se discutiu o consenso de votos para eleger o novo Presidente do Congresso. Também Sandro Mabel e outros personagens do mensalão estiveram no congresso. Até o jornal O Estado de São Paulo chegou a publicar uma tabela de emendas e de negociações.

Essa questão de liberar emendas parlamentares, quando o PT era Oposição ao Presidente Fernando Henrique, moveu-me 630 processos aquele Procurador do PT, que ninguém sabe onde se esconde, o Luís Francisco de Souza, um para cada emenda parlamentar que eu liberei. Eram quadras esportivas cobertas, como essa que há aqui no Parque do Peladeiro, em Curitiba, viabilizada pelo Deputado Federal Stephanes, como uma outra que há em Rio Azul do Sul, viabilizada pelo Deputado Roveda. Essas quadras não tinham nada a ver com negociação minha com os Deputados ou do Presidente Fernando Henrique com os Deputados, mas era uma aplicação de verba orçamentária normal do Ministério.

Foram 630 quadras, 630 processos que caíram depois, naturalmente, no Supremo, no momento em que eram julgados, mas que me movia o feroz perseguidor da Justiça, o Luís Francisco de Souza, que, aliás, parece que agora está exilado em Portugal, com medo e vergonha de aparecer em público!

Era isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

V. Exa., acho, não escutou direito o que eu falei.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Escutei.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Não, não escutou não!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Escutei!

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Primeiro lugar, eu defendo e estou muito triste, e o meu Partido já pediu desculpas e vai continuar pedindo, pelo que aconteceu no Governo Federal.

Agora, fazer um julgamento de que a eleição do Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, é determinar de que não haverá punição para os Deputados envolvidos no processo do mensalão, acho que é uma precipitação.

E eu fiz referência à frase que o Deputado Rafael Greca disse, esqueci de fazer, que o Aldo Rebelo teve a coragem de dizer o seguinte: “terei coragem de encaminhar todos aqueles que tiverem a culpabilidade para que sejam punidos; e aqueles que forem inocentes, para que não sejam punidos”.

Ora, espero que tipo de frase de um Presidente de um Parlamento diferente, que aqueles que não têm culpa devem ser punidos? Foi a minha única observação.

Então, V. Exa. talvez não tenha escutado o conjunto. Mas, o que queremos construir no Brasil é justiça, e eu fui um dos primeiros, dentro do PT, a exigir a responsabilização e a punição para todos os responsáveis envolvidos no episódio do Congresso Nacional.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Meu caro Deputado Vanhoni, V. Exa. esqueceu-se de um aparte do seu aparte, quando se referiu à imprensa.

E, quando eu vejo alguém...

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

A imprensa faz um bom trabalho. Só acho que nós não podemos fazer o julgamento pela informação da imprensa, nós, os Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, ninguém mais julgou neste País antes de ver os fatos, do que o PT! O PT era o único Partido que saía na rua, com qualquer indício...

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Então, tem que ter uma punição, tem que ser punido, indistintamente.

É isso?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o debate está ficando gostoso.

## ***Passa a usar o horário da Liderança da Oposição.***

Deputado Vanhoni, logo a seguir eu lhe dou um segundo aparte, porque admiro V. Exa. e gosto do bom debate.

Deputado Vanhoni, está ficando difícil entender os discursos de V. Exa. Ninguém julgou mais as pessoas neste País, ninguém atirou a primeira pedra a primeira vez, do que o PT! E agora, veja como é o destino, quem denunciou as falcaturas do PT, não foi o PSDB, não foram os Partidos de Oposição, foi a turma do mensalão, quando não deu acordo na divisão - ladrão que rouba ladrão, vocês estão querendo que tenha cem anos de perdão? Não é assim, não é desta maneira, vamos ser francos! Por que o Roberto Jefferson denunciou as falcaturas deste País - e não é uma falcatura?

Senhores, sabem quanto movimentou o Marcos Valério? Quatro bilhões e oitocentos milhões! Não é dinheiro de banana! Sabem quantas contas já encontraram do Marcos Valério? Setenta e cinco contas que ele movimenta! E agora, quem chega à conclusão, Deputado Dobrandino, de que os recursos vieram do exterior, foi o Presidente da CPI!

Então, o mundo muda muito rápido para o PT; para nós não muda. Já fomos alvos de pedradas, de críticas infundadas e sempre a origem, os governos que governaram este País sofreram com o radicalismo do PT, o que não vamos admitir. O PT pode manter a linha que quiser e que bem entender. O que nós vamos admitir sem o bom combate é que o PT mude de posição para um radicalismo na defesa disso que está aí.

### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Não, o PT não vai defender isso!

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Mas quando eu vejo o Presidente da República, todos os dias, faz três, quatro pronunciamentos e parece que não está acontecendo nada no Brasil, nada! No Brasil não tem corrupção, Deputado Vanhoni! São as elites, as revistas, os jornais, todo mundo contra o PT! Não é, tenho certeza que tem jornalista decepcionado e por esta razão tiveram que começar a escrever! Tem muitos meios de comunicação que não gostaria de estar dando estas notícias, não gostariam!

### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

V. Exa. tem toda razão, eu acho e reconheço que a causa dos problemas políticos no país tem origem no Partido dos Trabalhadores e dos seus membros que estão no Governo. Não é responsabilidade nem da Oposição. Não sou daqueles que compartilham de uma visão conspiratória da História. Acho que esta responsabilidade o PT vai assumir; já assumiu, em parte, e vai ter que assumir quando vier o debate eleitoral do ano que vem, na sucessão presidencial, eleição de governadores, deputados,

quando vai ser o grande momento da população se manifestar a respeito dos erros do PT! Acho que o PT errou e errou de maneira grave! Não sei se conseguiremos construir uma nova maneira de nos relacionarmos com a sociedade, não sei, tenho dúvidas!

Este Deputado que faz uso da palavra, que V. Exa. conhece, tem esse pensamento. Agora eu e o senhor temos uma diferença política explícita: o senhor nunca foi do PT, nunca foi do PMDB, o senhor, na sua trajetória política não está vinculado às causas populares, eu tenho vinculação com quem quer construir a democracia, quem tem uma visão programática, uma visão de homem, uma visão de sociedade, com vários membros do PMDB e outros companheiros.

O que eu não posso admitir, para concluir Deputado, é que seu discurso e de vários também, que agora queiram acabar com o PT! Um grupo de pessoas cometeu alguns erros e agora nós vamos recrutar, de saída, todos os petistas!

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço a V. Exa. mas quando V. Exa. traça um comparativo entre nossas duas pessoas eu só tenho uma coisa a lhe responder: esta questão das causas populares depende do que você está enxergando! As suas causas populares podem não ser as minhas causas populares, eu represento 110 mil paranaenses aqui e tenho autoridade para falar em nome deles e por essa razão eu não me sinto nem maior nem menor do que V. Exa.

Deputado Vanhoni, o que me preocupou foi o início do discurso dos senhores aqui nesta Casa, depois da eleição do Aldo Rebello: o início da defesa para a não cassação! Ora, meus senhores, se eu sou Presidente da República eu perco a eleição da Câmara, mas jamais receberia no Palácio do Planalto, o Waldemar, o Mabel! Só faltou chamar de volta o Roberto Jefferson! E aí, o Severino vai no outro dia no Palácio do Planalto, com o broche de Deputado, já renunciado, e diz que fez muita força para o Aldo Rebello!

Com aparte o Deputado Neivo Beraldin.

### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Deputado Rossoni, V. Exa. faz uma bela análise. Também não podemos esquecer que três Ministros do Luis Inácio Lula da Silva são do PMDB e que trabalharam fortemente para eleger o Sr. Rebello. Também o Presidente do Senador é do PMDB, também o Sr. José Sarney continua na tropa de choque! Só faltou ainda, para esta festa completa, o Banco Santos ainda existir, não ter sido extinto!

Sinceramente, eu nunca vi um Governo usar um bilhão, dizem até um bilhão e meio de dinheiro, para emendas! Fazer acordos, os mais escusos, possíveis e impossíveis. Sinceramente, essa eleição do Severino nos atingiu! Essa do Rebello, nos magoou profundamente e certamente o povo brasileiro está com o mesmo sentimento de negociação, porque, em tese, se olharmos quais

foram os que participaram do enredo, podemos dizer que foi uma grande negociação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo aqui o meu pronunciamento. Se os chefes do mensalão não tivessem votado, não teria ganho o Aldo Rebelo, porque a responsabilidade do Presidente da República hoje é pública sobre o Presidente da Câmara, porque foi ele que elegeu, com dinheiro público, mas elegeu.

Ele, o Waldemar, o Mabel, o Delfim...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Anibelli, eu vou concluir.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Só quero fazer um alerta ao Deputado Neivo. Ele falou dos Ministros do PMDB, mas que não esqueça que seu PDT participou da armadilha da eleição do Aldo Rebelo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Não participou, não, senhor! Não faz parte da Mesa!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de dirigir-me diretamente ao PT:

Que vida cruel ter que ver o Presidente Lula, aconselhado por José Sarney, Renan Calheiros, Delfim Neto, Waldemar da Costa Neto, Mabel e “outras cositas más”.

Quero dizer a V. Exas., que já pediram perdão à Nação. V. Exas. têm que permanecer em estado e em posição de ficar de joelhos o tempo todo pedindo desculpas, porque ninguém mais combateu estes homens, do que o PT. Dou de presente a vocês a fotografia do Lula, do Sarney, do Calheiros, do Delfim Neto, do Mabel e do Waldemar, para que V. Exas. hoje à noite durmam com esta imagem.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra às Lideranças do PMDB.

Liderança do Governo.

(Declinam)

## **Ordem do Dia:**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, comuni-

cando que está filiado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a partir da presente data fará parte da Bancada do PMDB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua filiação no Partido Municipalista Renovador - PMR e a partir da presente data não fará mais parte da Bancada do Partido Liberal - PL, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente, comunicando que está filiado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a partir da presente data fará parte da Bancada do PMDB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2987, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar da Conferência Biodisel nos dias 6 e 7 do corrente mês, na cidade do Rio de Janeiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 373/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utili-

dade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 373/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Seminário Rogacionista João Paulo II, com sede e foro na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina e representação nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.10.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 470/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - AMPI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 470/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Tuneiras e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.10.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 502/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com sede e foro em Jandaia do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 502/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, com

sede no Município de Jandaia do Sul e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.10.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 504/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede no Município de Santana do Itararé e foro na comarca de Wenceslau Braz. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 504/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.10.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**3ª Discussão**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Pupio e Elton Carlos Welter, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004, Lei Florestal do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado**, com um voto contrário da Deputada Luciana Rafagnin.

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças, "desmanches". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ.

EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

## **2ª Discussão**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2005, que institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2995, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão, por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 233/2005.

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Lang. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Rodovia Antonio Gregulia, o trecho da rodovia estadual PR-317, da ponte sobre o Rio Piquiri, no Município de Formosa do Oeste até o trevo de acesso à Cidade de Jesuítas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Jesuítas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ - Aprovada.**

### **ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos de telecomunicação e informática localizados no Município de Foz do Iguaçu receberão em relação ao ICMS, tratamento tributário específico. PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. EMENDA ADITIVA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 427/2005

Art. 1º ...

I - ...

II - ...

Parágrafo Único. Para a fruição dos benefícios previstos nos incisos I e II, relativamente aos produtos de informática, deverá o beneficiário, obrigatoriamente, incorporar softwares produzidos e/ou desenvolvidos em território brasileiro, preferencialmente em incubadoras tecnológicas.

Art. 2º ...

Sala das Sessões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins.

### **ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de Loanda, de parte de imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ - Aprovada.**

### **ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/2005, de autoria do Deputado Nelson Justus, que aprova a realização de plebiscito nos Municípios de Moreira Sales e Goioerê, para que a população decida sobre a ratificação do memorial descritivo do Município de Moreira Sales, dado pela Lei nº 4245/60. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **Discussão Única (Indicação)**

### **ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 047/2005, de autoria dos Deputados Elton Carlos Welter e Reni Pereira. Sugere alteração do regulamento do ICMS no que tange à tributação do feijão no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 103/2005, de 27/09/2005, em Indicações, pág. 06).**

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2964, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Esclarecer**)

Sr. Presidente, estávamos aqui na Casa fazendo votos de congratulações, de cumprimentos, que acho muito mais moderno esse termo. Mas foi chamada a atenção dos Deputados, porque no Regimento Interno, aliás, um Regimento que foi votado por esta Casa e aprovado, e está pior que o anterior, diga-se de passagem.

Esse é um termo que devemos usar daqui para a frente, que é o termo correto. Na minha avaliação é um termo bastante antiquado. Mas, temos que cumprir o que rege o nosso Regimento Interno. Se ele está ruim ou bom, foi votado por todos nós, e devemos cumpri-lo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputada Elza Correia, apenas para esclarecimento aos demais Parlamentares, também, com a autorização do Deputado Hermas Brandão, vamos voltar a usar o linguajar que vínhamos usando normalmente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, então eu gostaria que fosse corrigido o meu, porque fiz esse documento super contrariada, porque esse termo é antigo e muito feio por sinal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a correção, Deputada Elza Correia.  
Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 2968, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber qual é o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Projeto de Lei nº 281, de autoria do autor do requerimento, Carlos Simões.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Solicito, Pela Ordem, para fazer uma comunicação aos companheiros e companheiras da Casa, que amanhã às 08h30, no plenário, teremos audiência pública com relação ao acompanhamento das hidrelétricas que estaremos realizando aqui, tanto do Tibagi, como os demais rios do nosso Estado. Deverá estar presente a Aneel, Ministério das Minas e Energia, que atuou na área do Governo do Estado e Promotoria Pública. Aguardo, portanto, Srs. Deputados, a presença de todos.

Obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Da mesma maneira, quero comunicar aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, que teremos, convocados, HSBC, Banco Fator e Banco CCF Brasil, para as 10h00, na Sala das Comissões.

O SR. EDSON PRACZYK (PMR) (**Pela Ordem**)

Apenas para comunicar a presença do Deputado Estadual do Mato Grosso do Sul, Barbosa, do PMDB, que está presente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa quer dar as boas-vindas ao Deputado do Mato Grosso do Sul.

Também o convite do Deputado Hermas Brandão, para audiência pública que será realizada no dia 4 de outubro vindouro, às 09h00, no plenário desta Casa, onde será discutida a discriminação racial no Estado do Paraná.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Só para dizer da satisfação da presença do Prefeito de Fênix, Manoel, do Vice-Prefeito, o nosso “Totinha”, que estão fazendo um trabalho belíssimo na cidade de Fênix.

Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá boas-vindas ao Prefeito de Fênix.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, para registrar a presença do Prefeito de Missal, o Plínio e de toda a sua equipe, que nos prestigiam.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa dá as boas-vindas ao Prefeito Plínio e à sua equipe.

Requerimentos nºs 2969 e 2970, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2973, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2974, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2976, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2978 a 2985 e 2991, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2986, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2988, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2990, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimentos nºs 2992 e 2993, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2994, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2997, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2999 a 3002, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch, da Bancada da Oposição, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

A Liderança do Governo vai pedir para discutir, para ter tempo de discutir com o Líder da Oposição. Quem assinou aqui foi o Deputado Durval Amaral, porque ele faz uma solicitação genérica e virá um caminhão de informações, e que fosse, inclusive seria produtivo, até para a coleta das informações e para análise delas, se tivesse dado a obra, a licitação. Aqui é um rol de licitação, desde 2003. É impraticável!

Portanto, pedimos para discutir esse requerimento e os outros três também sobre a mesma base, para que possamos discutí-lo. A Bancada do Governo vai aprovar, desde que identifique, para que tenhamos objetividade nas informações.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar aqui a presença do Vereador de Nova Santa Rosa, Noedi, que aqui comparece, nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa dá as boas-vindas ao Vereador de Nova Santa Rosa, e registra a sua presença.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 270, 427 e 474/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n 408/2004 e dos Projetos de Lei nºs 296 e 385/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 048 e 049/2005.

Levanta-se a Sessão.

